



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2025**

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações à Excelentíssima Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sra. Esther Dweck, sobre os gastos do governo federal com diárias e passagens, que, de acordo com a imprensa, atingiram o maior valor em 10 anos sob a gestão do atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Excelentíssima Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sra. Esther Dweck, sobre os gastos do governo federal com diárias e passagens, que, conforme reportado por veículos da imprensa, alcançaram o maior patamar em uma década durante o atual governo.

Considerando o impacto fiscal e a necessidade de racionalização dos recursos públicos, solicito os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o valor total dos gastos com diárias e passagens realizados por órgãos e entidades do governo federal no ano de 2023? Favor apresentar comparativo com os anos de 2022 e 2021.
2. Quais os critérios e procedimentos atualmente adotados para a concessão de diárias e passagens a servidores públicos federais e demais agentes públicos?
3. Existe algum plano ou diretriz do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para reduzir esses gastos em 2025?





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/04/2025 14:22:27.520 - Mesa

RIC n.1097/2025

4. Qual o percentual do orçamento federal destinado às despesas com diárias e passagens? Como se compara esse percentual em relação ao total das despesas da União nos últimos três anos?
5. Quais foram as justificativas administrativas e operacionais para a elevação desses gastos no último ano?
6. Há mecanismos de controle interno e auditoria específicos para assegurar a legalidade, economicidade e necessidade dessas despesas?
7. A atual gestão realizou revisões nos procedimentos e políticas de concessão de diárias e passagens? Em caso afirmativo, quais foram as mudanças?
8. Existe previsão de reforço em auditorias ou na modernização de sistemas de controle eletrônico para o acompanhamento dessas despesas em tempo real?
9. O Ministério pretende adotar medidas de transparência ativa adicionais para divulgar à sociedade os gastos com diárias e passagens?
10. Há indícios de que o aumento nesses gastos decorra de maior mobilidade de autoridades e equipes de governo? Em caso positivo, qual a justificativa oficial, sobretudo diante do atual cenário fiscal?

### JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação tem por objetivo obter, de forma oficial, explicações claras e detalhadas acerca do expressivo aumento nos gastos do governo federal com diárias e passagens durante o ano de 2023. Dados amplamente divulgados pela imprensa nacional revelam que essas despesas atingiram o maior patamar em uma década, justamente sob a atual gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>1</sup>Diante da relevância do tema e do momento econômico vivido pelo país, o Congresso Nacional não pode se omitir de cumprir sua função constitucional de fiscalização.

O crescimento dessas despesas administrativas contrasta com a narrativa do governo federal de compromisso com a responsabilidade fiscal e com a contenção de gastos públicos. Em diversas oportunidades, autoridades do Executivo têm justificado

<sup>1</sup> <https://www.poder360.com.br/poder-economia/sob-lula-gasto-anual-com-diarias-e-passagens-e-o-maior-em-10-anos/>  
<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/gastos-do-governo-lula-com-viagens-oficiais-superam-os-4-anos-de-bolsonaro/>





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

cortes em áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura, sob o argumento de escassez de recursos. No entanto, o avanço de despesas com diárias e passagens revela incoerência entre o discurso e a prática governamental.

Além disso, o Brasil enfrenta um cenário de forte restrição fiscal, com alto nível de endividamento e contínuas dificuldades para equilibrar as contas públicas. É justamente nesse contexto que o controle rigoroso das despesas discricionárias e administrativas deve ser prioridade. O aumento significativo nos gastos com diárias e passagens não apenas desafia esse princípio, mas também sinaliza um possível descontrole ou falta de critério na gestão de recursos humanos e logísticos da máquina pública federal.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, pasta responsável pela definição das políticas de pessoal e pelos sistemas que regulam as concessões de diárias e passagens, tem o dever de prestar os devidos esclarecimentos à sociedade e ao Parlamento. Cabe a esse ministério garantir que tais despesas obedeçam aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, economicidade e moralidade administrativa.

Importante destacar que os gastos com diárias e passagens representam uma das parcelas mais sensíveis do custeio da máquina pública, pois estão diretamente vinculados à mobilidade de servidores e agentes públicos em missões institucionais. Tais deslocamentos devem ser devidamente justificados e planejados com base em critérios técnicos e objetivos, sempre buscando a máxima eficiência no uso dos recursos.

O aumento desses gastos também pode estar relacionado a mudanças nas prioridades operacionais do governo, com ampliação de agendas de viagens nacionais e internacionais. No entanto, qualquer justificativa que envolva maior mobilidade de autoridades precisa estar respaldada por dados concretos, relatórios detalhados e análises de custo-benefício que demonstrem a necessidade e os resultados esperados de tais deslocamentos.

Por essa razão, este requerimento busca informações específicas sobre os critérios atualmente utilizados para a concessão de diárias e passagens, a existência de mecanismos de controle, as ações de auditoria em curso e a transparência das





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 03/04/2025 14:22:27.520 - Mesa

RIC n.1097/2025

informações disponibilizadas à população. Também é essencial compreender se houve mudanças normativas nos procedimentos adotados pelo Executivo Federal para autorizar essas despesas.

A sociedade brasileira exige — e com razão — maior responsabilidade e transparência por parte dos governantes. O cidadão que paga seus impostos precisa ter certeza de que o dinheiro público está sendo utilizado com seriedade, zelo e respeito. Gastos desnecessários ou excessivos com deslocamentos de servidores e autoridades, se não justificados de forma clara, enfraquecem a confiança da população nas instituições públicas.

Não se trata de negar a necessidade de certas viagens, sobretudo aquelas voltadas ao cumprimento de agendas institucionais relevantes. No entanto, é preciso assegurar que cada real gasto em diárias e passagens esteja realmente vinculado a objetivos públicos concretos e relevantes. O uso do dinheiro público deve sempre obedecer ao princípio da supremacia do interesse público.

A elevação dessas despesas, sem explicação clara, também pode ser sintoma de práticas administrativas ineficientes, como a realização de deslocamentos desnecessários ou a ausência de planejamento adequado das ações governamentais. Da mesma forma, pode indicar falhas na fiscalização interna ou deficiência nos sistemas de controle e acompanhamento dos gastos públicos.

Por isso, também é importante saber se a atual gestão adotou ou pretende adotar medidas de modernização nos sistemas de controle de despesas administrativas. A adoção de tecnologias de monitoramento em tempo real, integração de dados entre órgãos e ampliação das auditorias internas são medidas indispensáveis para garantir maior eficiência e transparência no uso dos recursos públicos.

Além dos aspectos administrativos e técnicos, há uma dimensão política inegável nesse debate. O crescimento dessas despesas em meio a um contexto de crise fiscal e contenção orçamentária em áreas essenciais pode ser interpretado como um sinal de descompromisso do governo federal com a boa gestão do dinheiro público. Tal postura precisa ser corrigida com urgência, sob pena de perda de legitimidade e credibilidade perante a população.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

A oposição tem o dever de fiscalizar os atos do Executivo e de exigir explicações sempre que houver sinais de uso inadequado dos recursos públicos. Este Requerimento de Informação está alinhado a esse compromisso, buscando promover a transparência, combater o desperdício e proteger o interesse do contribuinte brasileiro.

Em última análise, este requerimento se fundamenta na necessidade de garantir o bom uso dos recursos públicos, na responsabilidade institucional do Parlamento de fiscalizar os atos do Executivo e no compromisso com a eficiência da administração pública. Espera-se que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos forneça os esclarecimentos solicitados com objetividade e celeridade.

O controle de gastos com diárias e passagens não é um tema menor. Ao contrário, trata-se de um importante indicativo da qualidade da gestão pública e do respeito ao contribuinte. A transparência e a eficiência são princípios que devem nortear todas as ações do governo, especialmente em momentos de escassez fiscal e grandes desafios sociais.

Assim, esta justificativa reforça a legitimidade do pedido ora apresentado, cuja finalidade é permitir ao Congresso Nacional exercer plenamente seu papel de fiscalização e controle, garantindo que os recursos da nação sejam geridos com responsabilidade, respeito e comprometimento com o interesse público.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em \_\_ de março de 2025.

**Deputado Federal Marcos Pollon**

**PL-MS**

